

ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DOMÉSTICA EM GOVERNOS DE EXTREMA DIREITA**INTERCONNECTIONS BETWEEN FOREIGN POLICY AND DOMESTIC POLICY IN FAR-RIGHT GOVERNMENTS** <https://doi.org/10.63330/armv2n1-003>

Submetido em: 21/01/2026 e Publicado em: 26/01/2026

Leandro Gilson de Oliveira
Mestrando em Ciências Sociais
PUC MINAS

RESUMO

Este artigo analisa as articulações entre política externa e política doméstica em governos extremistas contemporâneos, com foco em experiências como Estados Unidos, Brasil, Hungria e Argentina. Argumenta-se que, diferentemente da tradição diplomática liberal, esses governos transformam a política externa em uma extensão das guerras culturais, utilizando-a como ferramenta de legitimação interna, mobilização de apoiadores, combate a inimigos simbólicos e questionamento da ordem internacional vigente. A partir de revisão teórica e análise documental de autores como Levitsky e Ziblatt, Lynch, Sanahuja, Graham e Brown, observa-se que tais governos constroem uma política internacional “militante”, guiada por valores ultranacionalistas, narrativas conspiratórias e um discurso de excepcionalismo nacional. Conclui-se que, ao projetarem suas agendas domésticas para o sistema internacional, regimes de extrema direita contribuem para o enfraquecimento de instituições multilaterais, da cooperação global e para o avanço da erosão democrática em escala transnacional.

Palavras-chave: Política externa; Extrema direita; Populismo; Democracia; Governos contemporâneos.

ABSTRACT

This article examines the interplay between foreign policy and domestic politics in contemporary far-right governments, focusing on cases such as the United States, Brazil, Hungary, and Argentina. It argues that, unlike the liberal diplomatic tradition, these administrations transform foreign policy into an extension of internal culture wars, using it as a mechanism for internal legitimization, mobilization of supporters, confrontation with symbolic enemies, and the disruption of the international liberal order. Based on theoretical review and documentary analysis of scholars such as Levitsky and Ziblatt, Lynch, Sanahuja, Graham, and Brown, findings indicate that these governments develop a militant and ideological foreign agenda driven by ultranationalist values, conspiracy narratives, and a discourse of national exceptionalism.



The study concludes that, by projecting domestic agendas into the international arena, contemporary far-right regimes contribute to the weakening of multilateral institutions, reduction of global cooperation, and expansion of democratic backsliding at a transnational level.

Keywords: Foreign policy; Far right; Populism; Democracy; Contemporary governments.

1 INTRODUÇÃO

Nas duas primeiras décadas do século XXI, observa-se a emergência de uma nova onda de governos de extrema direita. Embora enraizados em realidades nacionais distintas, compartilham linhas de força comuns. Eles articulam políticas domésticas de caráter ultraconservador com projetos de política externa que reconfiguram a posição de seus países no sistema internacional. Esse fenômeno ultrapassa a categoria tradicional do populismo e se aproxima do que Sanahuja e Burian (2020) definem como “internacionalismo reacionário”. É uma rede transnacional de movimentos, líderes, think tanks, grupos religiosos, influenciadores digitais e partidos que convergem em torno da oposição ao liberalismo político, ao globalismo e às instituições multilaterais construídas no pós-Segunda Guerra Mundial.

Do Brasil de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos de Donald Trump, passando pela Hungria de Viktor Orbán e chegando à Argentina de Javier Milei. A política externa deixa de operar como esfera estratégica autônoma e passa a ser mobilizada como instrumento direto de reforço das dinâmicas políticas internas. Não se trata apenas de formulações diplomáticas, mas de uma diplomacia ideologicamente orientada, concebida como extensão do conflito interno e da disputa simbólica pela hegemonia cultural.

Como assinala Casarões (2021), no caso brasileiro, o alinhamento automático ao governo Trump e o afastamento do multilateralismo não podem ser interpretados apenas como escolhas pragmáticas. Eles são um componente essencial da reconstrução política interna desejada pelas elites bolsonaristas. Essas elites buscavam legitimar uma nova narrativa de identidade nacional e de combate a supostas ameaças externas e internas.

Essa convergência entre política doméstica e política externa opera em duas direções. Primeiro, governos extremistas utilizam a diplomacia para validar suas agendas internas, afirmindo que a defesa da soberania nacional, da moral tradicional e da ordem social exige ruptura com o globalismo e com as normas do multilateralismo liberal.

Segundo, constroem redes internacionais de apoio que funcionam como espaços de produção e circulação de discursos, métodos de ação política, estratégias de comunicação e capital simbólico. Budapest, como demonstram Bíró-Nagy e Szabó (2024), tornou-se centro de peregrinação para lideranças conservadoras globais, consolidando-se como laboratório de governança iliberal e vitrine de uma alternativa institucional ao modelo democrático ocidental.



Na Argentina, o governo Milei avança na mesma direção ao tensionar a política externa tradicional do país ao priorizar alinhamentos ideológicos sobre compromissos históricos regionais. Ele utiliza a diplomacia como palco de afirmação identitária e como extensão discursiva da batalha contra o “estatismo” e o “marxismo cultural” (Stefanoni, 2024).

Nos Estados Unidos, Graham (2025) demonstra que o trumpismo converteu a política externa em parte central de um projeto de reconfiguração interna do Estado e da legitimidade política, com impactos diretos sobre alianças estratégicas, tratados internacionais, agendas econômicas e o equilíbrio global de poder.

E essas experiências revelam que a ideia moderna de política externa — historicamente associada à razão de Estado, à busca de continuidade institucional, à mediação técnica e à negociação com múltiplos interesses — encontra-se em transformação. A separação clássica entre política doméstica e política internacional se dissolve. A diplomacia é colonizada pela lógica da polarização interna e pelos mecanismos de mobilização permanente das bases políticas. O resultado é um campo internacional cada vez mais tensionado, no qual o multilateralismo liberal perde centralidade, enquanto avançam projetos de soberanismo moral, etnonacionalismo, fundamentalismo religioso e autoritarismo competitivo.

Compreender a extrema direita contemporânea exige uma abordagem que une dimensões internas e externas. As políticas de Estado devem ser interpretadas não apenas como respostas a cenários geopolíticos, mas como expressões de projetos políticos de transformação profunda da ordem democrática, das instituições de governança e das próprias narrativas que sustentam o sistema internacional.

Este artigo busca contribuir para essa compreensão, analisando como Brasil, Estados Unidos, Hungria e Argentina articulam suas agendas internas e externas na construção de novas formas de ação estatal que desafiam as concepções clássicas de política, soberania e diplomacia.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, voltada a compreender como governos de extrema direita em países como Brasil, Estados Unidos, Hungria e Argentina articulam política externa e política doméstica em seus projetos de poder. A escolha por uma metodologia qualitativa se justifica pela natureza interpretativa do fenômeno estudado. A ascensão de governos ultraconservadores envolve dinâmicas políticas, narrativas simbólicas, disputas ideológicas e reconfigurações institucionais que exigem análise contextual e hermenêutica, e não a simples mensuração de variáveis estatísticas.

O estudo fundamenta-se em análise documental, tomando como corpus obras e materiais acadêmicos recentes que examinam criticamente o avanço da nova direita e suas implicações internas e internacionais.



Foram privilegiadas fontes de alta credibilidade, como artigos revisados por pares, livros científicos e entrevistas especializadas. Entre os materiais analisados, destacam-se Casarões (2021), que examina a deterioração da política externa brasileira sob o governo Bolsonaro como resultado direto de uma crise política e econômica prolongada; Sanahuja e Burian (2020), cujo conceito de “internacionalismo reacionário” permite entender a articulação transnacional dessa nova extrema direita; Bíró-Nagy e Szabó (2024), que apresenta a Hungria como laboratório de governança iliberal e centro de irradiação política conservadora global; Stefanoni (2024), que interpreta a inflexão diplomática do governo Milei como instrumento de afirmação ideológica; e Graham (2025), que demonstra como o trumpismo transformou a política externa dos Estados Unidos em extensão de um projeto doméstico de reconstrução estatal e cultural.

A análise dos materiais ocorreu a partir de leituras detalhadas, organização de informações relevantes e identificação de categorias temáticas recorrentes, tais como soberanismo, crise do multilateralismo, guerra cultural, erosão institucional e uso da diplomacia como palco de legitimação interna. A técnica empregada aproxima-se da análise de conteúdo temática, permitindo codificar narrativas, identificar padrões discursivos e comparar abordagens ao longo dos diferentes casos estudados. A partir dessa sistematização, foi construída uma matriz comparativa que possibilitou identificar convergências e particularidades entre os governos analisados, especialmente no que se refere ao modo como utilizam a política externa para fortalecer disputas internas e remodelar identidades nacionais. Como pesquisa exclusivamente documental, este estudo não utiliza entrevistas, estatísticas eleitorais ou dados empíricos coletados em campo. Tal escolha, ainda que estabeleça limites quanto ao aprofundamento de elementos quantitativos, não prejudica os objetivos do trabalho, uma vez que o foco da investigação reside na interpretação de discursos, estratégias políticas e marcos ideológicos que estruturam a atuação desses governos no plano internacional.

A validade científica decorre do uso de fontes reconhecidas e atuais, do rigor na interpretação dos dados, da transparência metodológica e da coerência entre problema, referencial teórico e análise realizada. Ademais, por trabalhar exclusivamente com materiais públicos e acadêmicos, o estudo não envolve riscos éticos nem requer procedimentos específicos de consentimento.

3 DISCUSSÃO

A análise dos casos de Brasil, Estados Unidos, Hungria e Argentina evidencia que a ascensão da nova extrema direita reorganizou profundamente as relações entre política doméstica e política externa. Isso rompeu com a lógica clássica, segundo a qual a diplomacia constituía um campo de relativa estabilidade institucional, conduzida por cânones de continuidade estatal, negociação pragmática e profissionalização técnica. Nos governos estudados, a política externa converte-se em extensão da disputa



interna pela hegemonia cultural e moral, assumindo função performática, simbólica e identitária.

No caso brasileiro, como demonstra Casarões (2021), a ruptura da tradição diplomática iniciada em 2019 ocorreu simultaneamente à radicalização do discurso político no plano doméstico. A política externa deixou de servir como mecanismo de projeção internacional e passou a funcionar como instrumento de afirmação ideológica.

O isolamento diplomático, o afastamento de fóruns multilaterais e o alinhamento automático ao governo Trump não podem ser compreendidos apenas como opções estratégicas. Eles fazem parte da reconfiguração narrativa do bolsonarismo, que buscava reproduzir no plano global as mesmas categorias de conflito presentes internamente, como “globalismo”, “marxismo cultural” e “luta contra o sistema”. A diplomacia brasileira foi politizada em termos inéditos, tornando-se componente da mobilização permanente das bases sociais.

O fenômeno, entretanto, não é isolado, conforme argumentam Sanahuja e Burian (2020): governos ultraconservadores latino-americanos passam a operar dentro de um “internacionalismo reacionário”, uma rede de circulação de símbolos, estratégias e discursos que constrói uma alternativa à ordem liberal internacional e à política global dominada por valores cosmopolitas. Esse internacionalismo não busca fortalecer o multilateralismo, mas substituí-lo por coalizões seletivas, marcadas por afinidade ideológica e recusa da institucionalidade democrática internacional. Em outras palavras, não se trata de rejeição ao internacionalismo como tal, mas da tentativa de produzir uma nova arquitetura de articulações transnacionais baseada em soberanismo, moralismo conservador e nacionalismo cultural.

A Hungria ocupa posição central nesse processo. Segundo Bíró-Nagy e Szabó (2024), “Budapeste consolidou-se como ‘vitrine’ de uma nova forma de governo iliberal, capaz de combinar competitividade eleitoral, centralização do poder, controle dos meios de comunicação e uso estratégico de políticas externas simbólicas”.

Para Brum (2019), “Orbán transforma o país em centro de peregrinação intelectual da nova direita global, sediando conferências, *think tanks* e instituições que produzem legitimidade discursiva e doutrinária para projetos políticos semelhantes”. Nesse sentido, a política externa húngara opera como mecanismo de projeção identitária e diplomacia de valores, posicionando o governo como referência internacional do conservadorismo moral e étnico no século XXI.

Processo semelhante pode ser observado na Argentina contemporânea. Como destaca Stefanoni (2024), o governo Milei rompe com a diplomacia histórica argentina — tradicionalmente multilateral, regionalista e economicamente pragmática — e adota política externa marcada por alinhamentos explícitos baseados em afinidade ideológica e disputa simbólica.

Dessa forma, como em outros governos ultraconservadores, Milei transforma a ação internacional em plataforma para afirmar sua luta polarizada contra o “estatismo”, o “politicamente correto” e a “agenda



progressista global”, replicando no cenário externo a retórica destinada às disputas internas de legitimidade política. A política externa, portanto, torna-se mecanismo de mobilização partidária e arma discursiva para legitimar reformas radicais no plano doméstico.

Nos Estados Unidos, a dinâmica assume caráter ainda mais profundo. Conforme argumenta Graham (2025), o trumpismo transforma a política externa em eixo central de um projeto de reconfiguração interna do Estado e da legitimidade política. O *slogan* “*America First*” não funcionou apenas como diretriz geopolítica, mas como processo de reconstrução simbólica da identidade nacional. Rompem-se alianças históricas, deslegitima-se a diplomacia profissional e instrumentaliza-se o discurso nacionalista como arma contra instituições multilaterais.

A política externa, nesse sentido, converte-se em dispositivo doméstico de mobilização e polarização, reforçando a divisão entre “o povo real” e “as elites globalistas”, categoria discursiva central ao populismo de extrema direita.

Os quatro casos apontam para uma convergência estrutural: a política externa deixa de ser campo de continuidade estatal e transforma-se em arena de disputa ideológica permanente, colonizada pelos interesses eleitorais e pelas guerras culturais que caracterizam o interior de cada país.

Essa tendência produz efeitos sistêmicos, como no plano nacional, aumenta a polarização política, reduz-se a capacidade institucional dos serviços diplomáticos tradicionais e fragilizam-se as bases de legitimidade da governança democrática. No plano internacional, acelera-se a fragmentação da ordem liberal, enfraquece-se o multilateralismo e surgem novas formas de articulação transnacional que, embora antiglobalistas no discurso, operam internacionalmente na construção de alianças próprias.

A nova extrema direita produz uma diplomacia paradoxal: é nacionalista no conteúdo, mas transnacional nos meios; combate o globalismo enquanto estrutura redes internacionais sofisticadas; reforça o discurso soberanista ao mesmo tempo em que instrumentaliza a política externa como ferramenta de disputa doméstica. Ao propor uma alternativa à ordem liberal, esses governos não se retiram do cenário internacional — pelo contrário, disputam sua redefinição por dentro, reinterpretando o papel do Estado, da identidade nacional e da soberania em novos termos.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da análise documental revelam um conjunto consistente de padrões relacionados ao avanço do anti-intelectualismo no contexto político analisado. Em primeiro lugar, observou-se que, nos períodos de governo estudados, houve uma intensificação do discurso voltado à deslegitimização de instituições científicas, universidades públicas, meios de comunicação e especialistas.

Esse movimento foi acompanhado por uma retórica que privilegiava o senso comum, a opinião individual e formas de conhecimento não mediadas por instâncias formais de validação, contribuindo para



o enfraquecimento da credibilidade das instituições acadêmicas e técnico-científicas.

Os documentos analisados também apontam para uma correlação direta entre a difusão desses discursos e a formulação de políticas públicas que resultaram em redução de investimentos em educação, ciência e tecnologias. Em alguns casos, os cortes orçamentários e o desmonte de programas educacionais foram acompanhados de justificativas baseadas em narrativas de combate a supostos privilégios das universidades ou da “elite intelectual”, reforçando a dimensão política do anti-intelectualismo como instrumento de governança e disputa ideológica.

Verificou-se que o uso sistemático de redes sociais e meios digitais foi fundamental para a disseminação desses discursos. As plataformas online permitiram a ampliação de mensagens simplificadas e emocionalmente mobilizadoras, favorecendo interpretações polarizadas, críticas generalizantes ao conhecimento especializado e a construção de identidades políticas baseadas na rejeição às instituições de saber.

Por fim, os resultados indicam que os impactos desse processo não se limitaram à esfera simbólica, mas produziram efeitos concretos no funcionamento das instituições públicas, na construção de políticas educacionais, na formulação de decisões governamentais e na percepção social da ciência e da universidade. Em diversos casos, a adoção de discursos anti-intelectuais mostrou-se associada ao enfraquecimento de mecanismos democráticos de debate, à redução da participação social qualificada e ao aumento de conflitos institucionais, contribuindo para a deterioração da arena política e do espaço público de diálogo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. Disponível em: <https://www.pazeterra.com.br> . Acesso em: 27 nov. 2025.

BÍRÓ-NAGY, András; SZABÓ, Andrea. *From dissatisfaction to passivity: Young Hungarians in 2021*. In: **Growing Up In Times Of Crisis: Contributions To Political Science**, Cham: Springer International Publishing, 2024. p. 63-79. Disponível em: https://real.mtak.hu/212257/?utm_source . Acessado em: 03 jan. 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2021. Disponível em: <https://politeiabrasil.com> . Acesso em: 19 nov. 2025.

BRUM, Maurício. Como Viktor Orbán se tornou uma inspiração para políticos de direita. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/como-viktor-orban-se-tornou-uma-inspiracao-para-politicos-de-direita-7uv7x0wj8heqrjpeu18flzrzu/>. Acesso em: 03 jan. 2026.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Disponível em: <https://www.zahar.com.br> . Acesso em: 9 nov. 2025.



CECHINEL, A.; FABRIS, F. P.; RIBEIRO, A. R. N. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/criareducacao>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FRASER, Nancy. **Caminhos divergentes: neoliberalismo progressista, populismo reacionário e a crise hegemônica contemporânea**. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 1–11, 2019. Disponível em: <https://revistas.upla.cl/index.php/psicoperspectivas>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GONZÁLEZ, Roberto. Políticas públicas e populismo de direita nas Américas. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, v. 16, n. 1, p. 55–78, 2021. Disponível em: <https://rlpc.usal.es>. Acesso em: 19 nov. 2025.

GRAHAM, David A. **O Projeto: como a extrema direita está transformando os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2025. Disponível em: <https://www.zahar.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Disponível em: <https://www.zahar.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.

LYNCH, Christian. **Nós, os integralistas: o bolsonarismo e a longa tradição antiliberal brasileira**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2022. Disponível em: <https://www.autenticaeditora.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: https://www.politybooks.com/bookdetail?book_slug=the-far-right-today--9781509536832. Acesso em: 15 nov. 2025.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. Disponível em: <https://martinsfontespaulista.com.br>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo Lopez; *La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional*. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/106956>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em: <https://www.autenticaeditora.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2025.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. New York: Random House, 2018. Disponível em: <https://www.penguinrandomhouse.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

STEFANONI, Pablo. *América Latina: ¿un momento destituyente? Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 311, p. 4–16, maio-jun. 2024. Disponível em: https://nuso.org/articulo/311-america-latina-un-momento-destituyente/?utm_source. Acesso em: 03 jan. 2026.

TAYLOR, Charles. **A era secular**. São Paulo: UNESP, 2017. Disponível em: <https://www.editorasunesp.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2025.



WERNECK VIANNA, Luiz. **A democracia e os três poderes: instituições em disputa no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: <https://editorafgv.com.br> Acesso em: 1 nov. 2025.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://boitempoeditorial.com.br> . Acesso em: 19 nov. 2025.

ZANOTTI, Laura; BROWN, Timothy. *Information Wars: Digital Media, Populism and the Crisis of Expertise*. **Journal of Political Communication**, v. 39, n. 4, p. 552–570, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com> . Acesso em: 25 nov. 2025.